

# Resolução Política DN 16 de Junho de 2013

18-Jun-2013

Defender a democracia para derrotar a austeridade

1. As economias europeias continuam a sucumbir à política de austeridade. A recessão alastrou da periferia para o centro europeu e o desemprego cresce a cada dia que passa, batendo já à porta da França e da Alemanha. A burguesia europeia utiliza a austeridade para atacar o salário direto e indireto e as suas consequências para impor a submissão social. O enorme exército de desempregados que está a ser criado na Europa é forma de pressão da burguesia para retirar direitos e aumentar a exploração.

2. O Tratado Orçamental é a garantia da perpetuidade da austeridade nas políticas europeias. Os limites estabelecidos para a dívida e o défice são o garrote que sufoca os povos, armas de chantagem permanente para a acumulação do capital. Todos os direitos dos trabalhadores estão em causa, para que nenhum direito do capital seja questionado. O Tratado Orçamental é a camisa-de-forças da austeridade sobre a Democracia, o Estado Social e os direitos dos trabalhadores.

3. A legitimidade da austeridade surge imposta ainda por outros meios. Como vimos na campanha eleitoral grega, a moeda única também utilizada como forma de justificação da austeridade. Sem austeridade, a Grécia seria atirada para fora da zona euro, foi repetido exaustivamente. Esta chantagem política contra a esquerda, a par da observável submissão da gestão monetária da zona euro aos interesses do centro da Europa, reforçou um debate à esquerda sobre a moeda dita única.

4. A UDP, no debate sobre a integração de Portugal na zona euro, foi clara na sua posição. Fomos contra a adesão de Portugal ao euro e batemos-nos publicamente por isso. A entrada de Portugal numa zona monetária forte levaria ao empobrecimento do país, à desvalorização dos salários, ao encerramento de indústria e à destruição de parte da capacidade produtiva do país. Era previsível a perda de capacidade de gestão monetária que decorreria da adesão à zona euro, bem como a dificuldade de concorrência, numa mesma zona monetária, entre economias em diferentes graus de desenvolvimentos. Alertámos para a consequente pressão sobre o fator trabalho no confronto entre estas economias: passariam a ser os salários a pagar o preço do ajustamento.

5. Na resolução do congresso da UDP de junho de 1998 dissemos: "Na continuidade e agravamento dos critérios macroeconómicos de Maastricht, a entrada na moeda única significa baixos salários, desemprego e precariedade, menos proteção social, atraso face ao nível médio de desenvolvimento da UE, perda de autonomia nacional nos cambios externos e na dívida pública. (...) A moeda única é, na União Europeia, o elemento catalisador de todo o plano neoliberal contra os povos. (...) Por isso o combate ao euro é o combate ao coração da ofensiva neoliberal na europa dos 15

(...).A luta contra o euro é a luta dos movimentos sociais que contestam a polÃtica de Maastricht/AmesterdÃ£o, é a luta pelos referendos para dizer NÃ£o!". Assim foi, a realidade mostrou que tÃ-nhamos razÃ£o.

6.A UDP realizou um debate profundo na sua VI ConferÃªncia, em 2011, sobre as escolhas polÃ-ticas acerca do euro. Fizemos esse debate com a clareza de quem olha para a realidade com uma posiÃ§Ã£o de classe. Reafirmamos as conclusÃµes desse debate. O debate em torno do euro tende a colocar as escolhas entre duas formas de austeridade: uma na permanÃªncia no euro e na submissÃ£o Ã vontade ideolÃ³gica do capital alemÃ£o; outra no ajustamento de uma economia com enormes debilidades produtivas e muito dependente de importaÃ§Ãµes, com claras consequÃªncias na desvalorizaÃ§Ã£o do trabalho.

7. SerÃ¡i a austeridade alternativa Ã austeridade? Como jÃi afirmÃjmos, a resposta Ã© nÃ£o, nÃ£o sÃ£o estas as Ã³nicas alternativas: ªC eA soluÃ§Ã£o serÃ¡i a disputa pela criaÃ§Ã£o de mecanismos europeus de criaÃ§Ã£o de dÃ-vida pÃ³blica, de mecanismos de solidariedade entre estados e da defesa intransigente do Modelo Social Europeu. A retoma sÃ³ acontecerÃ¡i pela Europa dos Direitos e do Estado Social.â• O debate sobre o euro nunca se poderÃ¡ reduzir, como alguns defendem, ao debate sobre teoria econÃ³mica. O apoio social da populaÃ§Ã£o e a defesa dos salÃ¡rios e rendimentos dos trabalhadores sÃ£o os critÃ©rios da esquerda que quer uma maioria para a transformaÃ§Ã£o social.

Â 8.Â A esquerda que coloca o euro no centro do debate retira o combate Ã ditadura da dÃ-vida do centro da convergÃªncia. Colocar as barreiras na discussÃ£o sobre o euro Ã© desistir de juntar forÃ§as no combate Ã austeridade e Ã forma como ela se legitima: pela dÃ-vida. A dÃ-vida Ã© a principal arma da burguesia na procura da submissÃ£o da sociedade Ã acumulaÃ§Ã£o. A dÃ-vida e a sua chantagem sÃ£o o impulso para a sangria dos povos Ã s mÃ£os do capital financeiro. Ã‰ a legitimaÃ§Ã£o que o capital encontrou para as privatizaÃ§Ãµes, para a perda de direitos, para o ataque ao trabalho. Atacar a dÃ-vida Ã© atacar o centro da tÃ¢tica do capital.

9. As forÃ§as contra a austeridade juntam-se na uniÃ£o dos povos contra os tratados opressores. O Tratado de Lisboa e o mais recente Tratado OrÃ§Ã§amental sÃ£o as garantias da burguesia que o futuro lhes permitirÃ¡i mais acumulaÃ§Ã£o atravÃ©s dos garrotes ao dÃ©fice e Ã dÃ-vida, mais privatizaÃ§Ãµes e desmantelamento dos serviÃ§os pÃ³blicos e mais ataques aos direitos dos trabalhadores.

10.  
Vale a pena recordar que o Tratado de Lisboa (e o seu antecessor Tratado Constitucional) foi rejeitado por trÃ¢s dos cinco povos que sobre ele se puderam pronunciar. Nele se inscrevem todas as regras de contraÃ§Ã£o orÃ§Ã§amental que permitem a austeridade. Nele se consagra um Banco Central Europeu sem controlo democrÃ¢tico e obcecado com a estabilidade de preÃ§os, dependente apenas do capital financeiro e do diktat alemÃ£o. Nele se confirma o diretÃ³rio e a arquitetura de poder que submete os povos do sul. E nÃ£o menos importante, pela sua letra se amarra a Europa Ã NATO. Desde o primeiro momento,

---

o Bloco de Esquerda opõe-se ao Tratado de Lisboa. Mantemos como proposta europeista de esquerda a refundação democrática da Europa: rejeitar estes tratados significa romper a camisa-de-força que o capital criou sobre a Europa dos povos. Não pode existir qualquer dúvida: não haja remissão possível dentro destes tratados, seja a sua rejeição abre portas a uma nova Europa.

11.

Os sociais liberais europeus já disseram de que lado estão. Hollande bem prometia uma outra política, mas acabou submisso ao Tratado Orçamental. A promessa de Hollande de que este tratado seria acompanhado por uma agenda para o crescimento serviu apenas para tentar quebrar a resistência à esquerda. A única rutura que Hollande representa é com a realidade quando ao mesmo tempo que aplica austeridade afirma que na Europa a crise acabou.

12. Onde

podiam fazer a diferença, os partidos da Internacional Socialista também se mantiveram firmes e dirigentes do campo da austeridade. Nos países intervencionados, os partidos da internacional socialista passam de governos de austeridade a opositórios dentro da quadra do memorando e do Tratado Orçamental (PS em Portugal, PSOE no Estado Espanhol) de opositórios colaborantes a parceiros de governo da direita (Trabalhistas, na Irlanda) ou passam de diretamente de partido do governo da austeridade a parceiros de coligação do governo da direita (PASOK, na Grécia). Em Itália, o governo de coligação do centrista Partido Democrático conta não só com o PSI mas também com os liberais, o partido de Monti (Scelta Civica) e o partido de Berlusconi (Il Popolo della Libertà). Enquanto na Alemanha se torna cada vez mais provável o cenário de um governo do centro entre o SPD e a CDU-CSU, em França, Este caminho demonstrou que não há austeridade assim/assim, ou em versão light, sólida apenas as várias faces de uma mesma escolha. Nos dias da austeridade, não há terreno neutro: quem escolhe o lado da austeridade, vira as costas aos povos. É essa a linha de demarcação das alianças e das escolhas.

13.

O Partido Socialista português tem tentado apresentar a proposta de uma austeridade light, mantendo a troika, mas podendo renegociar o memorando. A violência das medidas do Governo e a rejeição popular do memorando tornou insustentável a sua defesa aberta. A reenegociação passou então a entrar no lógico de quem nunca a quis propor, engodo de quem prometendo o contrário, não rejeita a austeridade. Tal como o lobo, que não deixa de ser se vestir pele de cordeiro, a austeridade não deixa de ser se for apresentada em versão suavizada. As escolhas do PS ficam bem claras quando se coloca ao lado da larga maioria das privatizações (celebrando ativamente a intensificação do Brasil de participar na privatização da TAP), quando acompanhou as alterações recentes ao código de trabalho ou quando votou favoravelmente a salvaguarda dos bancos privados com o dinheiro público. Ninguém ruma a Bilderberg com o corte da dívida na agenda. A posição do PS sobre a vida é a garantia ao capital de que os seus interesses nunca serão questionados e a sua acumulação não será revertida. A palavra dada por António José Seguro de que não rejeitará o memorando com a troika, representa a vinculação do PS a uma agenda de destruição do país e de ataque aos trabalhadores.

14.

---

O governo e a troika acordaram num novo plano de cortes no estado social: enorme despedimento coletivo de funcionários públicos, ataque aos salários e às pensões, destruição dos direitos conquistados durante dadas. Serão 4 mil e 800 milhares de euros de cortes. A indignação é a solidariedade estão a juntas a mobilizar os trabalhadores para a luta. A marcação de uma greve geral conjunta entre CGTP e UGT é um momento de enorme importância para fazer frente a este novo ataque. A força desta greve marcará a força que o trabalho terá para bater o Poder ao capital. A luta dos professores é já um marco nesta acumulação de forças. A mobilização para a greve geral tem de amplificar esta força.

15.

A Europa não pode deixar de se estreecer com o ressurgimento de fantasmas de má memória, do fascismo e do neo-nazismo, da sua violência brutal contra as liberdades democráticas individuais e coletivas. França, Inglaterra, Grécia, Hungria, Holanda, entre outros países europeus, têm sido palco de uma expansão assustadora de forças políticas populistas de extrema-direita, com expressão eleitoral crescente. As manifestações em França contra o casamento gay e o assassinato de um militante antifascista são apenas o exemplo mais recente da violência reacionária que alasta.

16. O apagão da rádio e da televisão públicas, decretado pelo governo grego em nome da austeridade, convoca um ambiente de golpe de estado e é uma expressão mais do que simbólica dos perigos reais que espreitam a democracia. Olhando para estes fenômenos recentes, só podemos chegar a conclusões claras sobre a natureza dos regimes austeritários. A violência das medidas de austeridade sobre os povos não é compatível com a cultura democrática que a Europa diz preconizar. Uma violência tamanha, própria de uma direita conservadora que vê na austeridade o cumprir de um sonho ideológico, só se impõe pelo autoritarismo. O desespero e a miséria são porta aberta para todos os populismos e uma espada suspensa sobre todos os direitos democráticos.

17. A esquerda joga aqui um papel histórico. Combater a austeridade e a direita que a impõe, apresentar uma alternativa que defende os salários e os trabalhadores, bater-se pela maioria social que defende os direitos é trazer a esperança que impede o caminho da extrema-direita. Derrotar a austeridade é essencial para defender a democracia.

18. Os

enormes protestos na Turquia contra um regime de democracia formal mas opressor nas liberdades, austero e paternalista, amputador de direitos individuais e coletivos trouxeram o sabor das primaveras como a da Tunísia ou do Egito. Estes protestos são, uma vez mais, a prova de uma juventude inconformada com o sistema, com as suas desigualdades e injustiças e a falta de transparência democrática. Noutra escala e do outro lado do mundo, a luta dos jovens brasileiros, que rapidamente se alastrou a setores mais amplos da sociedade, contra o aumento do passe dos transportes públicos mostra como estes protestos se vão generalizando no espaço e no tempo. É significativo que esta luta e que a sua brutal repressão aconteçam durante o Governo do PT e num período de crescimento da economia brasileira. A esquerda tem de saber olhar para estes movimentos espontâneos e deles retirar as suas próprias lições sobre as ruturas

---

necessárias com o sistema, sem deixar de transportar as alternativas que criam maiorias sociais, as propostas que criam movimento de massas.

Resolução Política da Direção Nacional reunida a 16 de Junho de 2013